



Foto do Arquivo Municipal de Paredes – Avenida da República – Paredes (Início do séc. XX)

DICIONÁRIO DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES

5

Suplemento distribuído com a edição
da Revista Cultural Orpheu Paredes 2025





DICIONÁRIO DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES

5

Damos continuidade ao Dicionário das Figuras Históricas de Paredes, pelo quinto ano consecutivo, enaltecendo a vida e a obra de personalidades que se destacaram neste concelho. Para além do contributo do jornalista, escritor, professor e investigador, Manuel Abranches de Soveral (M.A.S), conseguimos a colaboração para o Dicionário de

novos Amigos da Cultura, António Aresta (A.A), professor e investigador e Luís Miguel de Araújo Leão (L.M.A.L.), investigador. Continuaremos este trabalho, estamos certos, com o vosso entusiasmo.



MANUEL ALVES CORREIA
1881-1948

Manuel Alves Correia [06.04.1881-23.11.1948], natural de Aguiar de Sousa, em Paredes, era oriundo de uma família muito devota onde se destacaram as irmãs Rosa Alves Correia e Rita Alves Correia, ambas religiosas franciscanas e o seu irmão, o padre Joaquim Alves Correia.

Manuel Alves Correia foi um notável missionário franciscano cuja formação foi repartida pelo Convento de Montariol [Braga] e pela Faculdade de Filosofia de Santo António [Roma].

Regressado a Portugal, assumiu funções docentes em Montariol, em Leiria e em Barcelos, tendo assegurado a direcção pedagógica do Colégio de Tui [1918-1921].

Dirigiu o *Boletim* das Missões Franciscanas [1924-1930], tendo desde 1928 o encargo da Procuratura das Missões Franciscanas em Lisboa.

Amigo de António Sérgio, de Aquilino Ribeiro, de Leonardo Coimbra, entre outras figuras de proa da cultura portuguesa, partilhou interesses culturais e intelectuais com o Grupo da Seara Nova, em cuja revista assinou importantes artigos, por exemplo, "Como S. Francisco mandou o 'A Juventude Mea' plantar couves", em 10 de Maio de 1934.

Grande helenista, traduziu e prefaciou Homero, em 1947, para a editora Sá da Costa. Para a mesma editora, organizou a edição do clássico, "Imagem da Vida Cristã", de Frei Heitor Pinto. António Sérgio dizia que Manuel Alves Correia se dedicou "à literatura grega porque ele próprio era ático na sua estrutura mental".

Tem colaboração dispersa na imprensa, incluindo na Grande Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura.

O seu livro, "O Génio da Bondade - S. Francisco de Assis", foi editado postumamente em 1962, pela editora Franciscana. Esse génio da bondade era assim, segundo as palavras de Manuel Alves Correia: "Há na filosofia de S. Francisco um optimismo singelo e ao mesmo tempo límpido, irrefutável, verdadeiro e ainda, para tudo facilitar, encantador". No prefácio a esta obra, João Diogo Crespo traça-lhe o perfil intelectual e moral, "P. Alves Correia era não só de mui lindo entendimento, mas de vastidão de cultura assombrosa. A filosofia para ele não tinha arcanos, conhecia as línguas clássicas como a língua materna. Os labirintos da alta matemática eram-lhe caminhos abertos como auto-estradas. Não conheci a quem o comparar em tamanho saber eclético. E para além da variada e muita ciência humana,





rodeava-o o esplendor da caridade larga, compassiva e operosa, embora o cobrisse a todo o instante o manto da humildade”.

A.Reis Machado evoca-o deste modo singelo : “Do longo convívio que tive com o padre Manuel Alves Correia

ficou-me a saudosa lembrança do seu olhar bom, vivo e profundo, brilhando invulgar intensidade no seu rosto esquelético (como todo ele) de frade medieval”.

O seu nome está inscrito nas toponímias de Aguiar de Sousa e de Lisboa.

A.A



LUÍS BARBOSA DE LEÃO COELHO FERRAZ

1824 -1908

Luís Barbosa de Leão Coelho Ferraz nasceu, a 2.1.1824, na Casa do Verdial, freguesia de S. Pedro de Cete, concelho de Paredes. Filho de António Lopes Coelho Ferraz, proprietário, senhor da Casa do Verdial, na qual sucedeu a seu pai, e de sua mulher, Maria Barbosa de Leão, naturais da mesma freguesia. Era neto paterno de António Lopes Coelho Ferraz, proprietário, senhor da Casa do Verdial, e de Teresa Moreira Barbosa, ambos nascidos em Cete, e materno de Luís Barbosa de Leão e de Maria da Conceição Barbosa Brandão, também naturais da mesma freguesia. Não são conhecidos detalhes sobre a sua instrução e formação cultural, pois sempre, e só, assumiu a condição de autodidata, cultivando colóquios com pessoas mais velhas e ilustradas, próximas do seu círculo familiar e social, junto das quais foi desenvolvendo um gosto e interesse crescentes sobre a história pátria, sua cultura, tradições e monumentos. Terá, quiçá, sido iniciado nas primeiras letras e beneficiado dos conhecimentos de um frade que ainda permaneceu por algum tempo nas dependências disponíveis do mosteiro de Cete, após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, contava ele então dez anos de idade. Assim aconteceu com dois seus irmãos, mais velhos, que com esse egresso estudaram gramática latina em fase inicial dos seus percursos de preparação para a vida eclesiástica: Agostinho Lopes Coelho Ferraz (v), que veio a ser abade de Meinedo (Lousada) e, posteriormente, de Baltar e José Lopes Coelho Ferraz (v), que foi abade de S. Martinho do Campo (Valongo) e reitor de S. Tiago de Rio Meão (Vila da Feira). Ambos clérigos ilustrados, terão, com toda a certeza, também influído na formação intelectual do seu jovem irmão.

Luís Barbosa de Leão Coelho Ferraz, também conhecido

como Luís do Verdial, por associação à Casa e Quinta de que era senhor (para além de outras propriedades que possuía em Cete), foi um destacado político do Partido Regenerador no concelho de Paredes, na segunda metade do século XIX: vereador efectivo da Câmara Municipal de Paredes nos mandatos de 1852/1854 (presidência de Bernardo Pinto Brandão), 1854/1856 (presidência de José Coelho da Silva Júnior), 1860/1862 (presidência de António Rodrigues Moreira), 1864/1866 (primeiro mandato como presidente da Câmara do seu amigo e correligionário político, José Guilherme Pacheco) e 1882/1884 (presidência de João José de Sousa Machado), totalizou 10 anos de exercício autárquico.

Entre 1879 e 1882 assumiu funções de responsabilidade na Junta de Paróquia de Cete, primeiro como vogal eleito e, posteriormente, como presidente, cargo para o qual foi nomeado pelos seus pares, período durante o qual se empenhou em profundas obras de reparação e restauro da igreja do mosteiro de Cete, procurando obstar à sua ruína progressiva, acentuada após a extinção das Ordens Religiosas e venda em hasta pública dos seus bens, em 1834, e restitui-la, quanto lhe era possível, ao gosto primitivo. A intervenção então levada a cabo, custeada por uma verba do orçamento da Junta de Paróquia, uma subvenção da direcção da caixa da Bula da Cruzada e donativos particulares (entre os quais o seu), contemplou a reparação do telhado, as talhas do altar-mor e seu retábulo, a limpeza da abóbada e arcadas da capela-mor e arco cruzeiro, o desentaipamento da rosácea aberta no tímpano deste último, nivelamento do pavimento de pedra e desentulho e limpeza da capela de S. Nicolau, situada na base da torre da igreja, o que possibilitou a descoberta e





valorização patrimonial do túmulo de D. Gonçalo Oveques, padroeiro e refundador do mosteiro de Cete no século XI e cuja existência era então ignorada, etc.... O carinho que dedicava a este cenóbio de raiz medieval levou-o, ainda, a escrever o primeiro estudo sobre este monumento, intitulado *Antiguidades, Rendimentos, Padroados, Privilégios e Prerrogativas do Tão Antigo como Nobre Mosteiro de Cete Situado no Extincto Concelho de Aguiar do Souza Hoje no de Paredes*, publicado no Porto, em 1895, e impresso na Tipografia de Artur José de Sousa & Irmão. Opúsculo que é, recorrentemente, assinalado por todos os investigadores e historiadores que ao mosteiro de Cete dedicam os seus estudos. Mas terá, possivelmente, ido mais além na sua dedicação ao velho templo: segundo o testemunho de José do Barreiro, aliás, José Correia Pacheco (v), autor da *Monografia de Paredes* (1922), pág. 328, «Luís do Verdeal, o dedicado amigo de Cêtte e do seu velho mosteiro, tanto instou junto do snr. Conselheiro Campos Henriques, que conseguiu para esse venerando templo a classificação como monumento nacional, a fim de a sua conservação e reparações ficarem sob a protecção do Estado». Não é possível comprovar, documentalmente, esta demanda de Luís do Verdeal a tão ilustre e influente juiz e político de primeira linha das décadas finais da monarquia, próximo do Partido Regenerador, e que ocupou altos cargos públicos, tendo mesmo chegado a Presidente do Conselho no reinado de D. Manuel II. Mas o facto é que a igreja do mosteiro de Cete foi contemplada com a classificação de monumento nacional, menos de dois anos após a morte do eventual peticionário, pelo Decreto de 16.6.1910 (Diário do Governo nº 136, de 23.6), com o qual se começou a determinar a classificação de monumentos nacionais, de forma sistemática e segundo tipologias.

Casou, a 8.8.1854, na igreja do mosteiro de Cete, com Carlota Cândida Teixeira, que nasceu, em 1837, na freguesia de S. Martinho de Milhundos, concelho de Penafiel, filha de Vitorino Cândido Teixeira e de Teresa da Silva, e morreu, na Casa do Verdeal, Cete, a 17.6.1893. Deste matrimónio nasceram 13 filhos, 9 rapazes e 4 raparigas, «todos bem colocados e que pelo seu honesto proceder honram a memória do pae», como assinala José do Barreiro na obra supracitada, pp. 329-330. Efectivamente, e apenas referindo alguns dos que mais se destacaram na sociedade do seu tempo, nota breve para quatro dos seus descendentes varões: Agostinho Leão,

avaliador oficial de joias, fundador da firma Agostinho Leão & Filhos, no Porto, provedor perpétuo da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade e provedor do Asilo Profissional do Terço, bem como irmão de diversas Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias da mesma cidade. Integrou, também, sucessivas direcções do Ateneu Comercial do Porto, como presidente do Conselho Fiscal, vice-presidente e presidente da Direcção; Vitorino Leão Ramos (v), estabeleceu-se largos anos no Brasil, onde foi sócio da importante Casa Comercial Zenha e Ramos e, após o seu regresso a Portugal, revelou-se grande benemérito cetense e paredense, bem como de diversas instituições de beneficência portuenses, das quais foi também irmão, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia, Venerável Irmandade de Nª Senhora do Terço e Caridade, Venerável Ordem Terceira de S. Francisco e a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, entre outras. Foi, ainda, irmão da Santa Casa da Misericórdia de Paredes; António Leão, sócio da Casa Leitão & Irmão, Porto-Lisboa – ourives da Casa Imperial Brasileira e joalheiros da Coroa Portuguesa – e, por fim, Ernesto Leão, joalheiro, que também fez um percurso de grande prestígio empresarial na cidade do Porto. Após a sua morte, sua mulher, Maria da Glória Moreira de Sousa Leão (v), cónsua e zelosa das preocupações de cariz social e humanitário de seu marido, muito beneficiou a freguesia de Baltar, onde residiam, patrocinando instituições de solidariedade social, como o Centro Paroquial de Assistência e Formação de Baltar/Jardim de Infância “Glória Leão”, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Baltar e outros projectos de assistência social. Enfim, todos cumpriram, com honroso proceder e a bem das comunidades nas quais estavam integrados, os ensinamentos e princípios recebidos de seu pai.

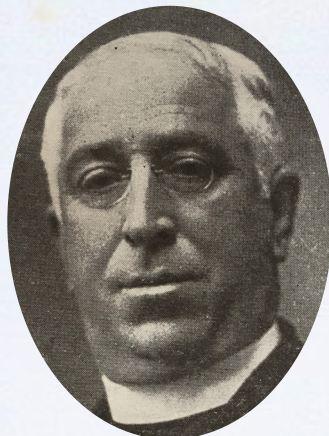
Luís Barbosa de Leão Coelho Ferraz era, também, tio materno de D. António Barbosa Leão (v), cuja opção pela vida eclesiástica muito acarinhou e patrocinou, filho de sua irmã, Maria Barbosa de Leão e de seu marido, Manuel Barbosa, proprietário, senhor da Casa do Fundo, sita na freguesia de S. Martinho de Parada de Todeia, concelho de Paredes, que foi bispo de Angola e Congo (1906-1907), bispo do Algarve (1907-1919) e, finalmente, bispo do Porto (1919-1929).

Morreu, a 3.9.1908, na sua Casa do Verdeal. Está sepultado no cemitério paroquial de Cete, no jazigo capela de família.

Foto da Colecção do autor

L.M.A.L.





ANTÓNIO CARLOS MOREIRA

1874 – 1948

António Carlos Moreira nasceu, a 30.5.1874, no lugar de Castromil, freguesia de S. Pedro de Sobreira, concelho de Paredes. Filho de Bernardino Carlos Moreira, lavrador, e de sua mulher, Felícia Morreira da Cunha, naturais da mesma freguesia. Era neto paterno de Manuel Carlos Moreira, natural da freguesia de Fonte Arcada, concelho de Penafiel, e de Violante da Rocha, nascida na freguesia de Sobreira, e materno de José Moreira da Rocha e de Maria da Cunha Rodrigues, ambos da freguesia de Sobreira.

Muito jovem, sentiu o despertar da vocação para a vida eclesiástica. Ingressou no Seminário do Porto, onde concluiu o Curso Teológico, e foi ordenado sacerdote em 19.10.1902. Celebrou a sua primeira missa na igreja matriz de Sobreira em 1 de novembro seguinte.

Durante cerca de um ano exerceu, a convite particular, as funções de capelão da família Moreira Aranha, na sua Casa de Ordins, freguesia de Lagares, concelho de Penafiel.

Por decreto de 4.12.1903, de D. António Barroso, bispo do Porto, foi nomeado pároco da freguesia de S. Martinho de Parada de Todeia, concelho de Paredes, lugar que ocupou durante quarenta e cinco anos, até à sua morte, em 1948. Nesse quase meio século de dedicação à comunidade paroquial de Parada de Todeia, António Carlos Moreira não se limitou ao exercício do múnus sacerdotal, o qual cumpriu com proficiência. Empenhou-se, também, no estudo do passado histórico da freguesia, bem como do seu património cultural, procurando a sua salvaguarda e divulgação. Refira-se, a título de exemplo, a acção que desenvolveu aquando da descoberta dos vestígios arqueológicos do povoado e necrópole de Parada de Todeia, em 1921, zelando pela sua preservação, merecedora de rasgados elogios do ilustre antropólogo António Mendes Correia, que orientou os trabalhos de prospecção e recolha de espólio e procedeu a um primeiro estudo do sítio arqueológico.

Ao longo das décadas em que permaneceu em Parada de Todeia, interessou-se, também, pela história das famílias que por muitas gerações habitaram o território.

Nos registos paroquiais e em arquivos particulares recolheu abundante informação que foi sistematizando criteriosamente. Desse labor resultou, em 1935, o desenho de diversas árvores genealógicas que cobrem o espaço temporal que medeia entre os séculos XVI e XX, as quais agrupou em estudo intitulado *Genealogias de Parada – Paredes*. António Carlos Moreira não logrou a sua publicação, mas legou o manuscrito à freguesia.

No entanto, a informação não se perdeu para o público. Anos mais tarde, em 1946, reuniu a estes dados genealógicos vasta informação que foi recolhendo e relativa à história da freguesia, nas suas mais variadas vertentes, e editou, a expensas próprias, a *Monografia da Freguesia de Parada de Todeia, Concelho de Paredes- Estudo Genealógico e Outros Assuntos*, que logo se esgotou. Obra muito datada, quer no estilo dissertativo, quer na organização dos conteúdos, não deixa de constituir um repositório importante da história de Parada de Todeia.

Homem de convicções, sacerdote defensor da liberdade religiosa independentemente do regime político, António Carlos Moreira experimentou algumas agruras no período conturbado da primeira República. Acusado de publicamente se regozijar, em Janeiro de 1919, com a proclamação da “Monarquia do Norte” e manifestar hostilidade ao regime republicano, foi-lhe movido, pelo ministro da Justiça Artur Lopes Cardoso, um processo de inquérito. No decurso do mesmo, António Carlos Moreira refutou as acusações, apresentou diversas testemunhas de defesa e, ainda, dois atestados abonatórios, um do presidente da Junta de Paróquia e outro do presidente da Câmara Municipal de Paredes, ao tempo o Dr. Delfim de Araújo Moreira Lopes. Não obstante, por decreto de 20.1.1920 foi considerado culpado, sendo-lhe imposta a pena de interdição de residência no concelho de Paredes, bem como nos concelhos vizinhos. Nessa hora difícil, valeu-lhe o concurso do então bispo do Porto, D. António Barbosa Leão, natural de Parada de Todeia, que mantinha excelentes relações com este seu pároco e acreditava na sua inocência, por ele se manifestando junto do núncio





apostólico, em ofício de 27.1.1920. E o ministro acabou por retroceder na sua decisão e, por decreto de 28 de fevereiro do mesmo ano, suspendeu a pena de interdição de residência. O processo baixou aos tribunais e nas diferentes instâncias, em Paredes, no Porto e em Lisboa, o réu foi absolvido.

António Carlos Moreira nunca olvidou a solidariedade do seu bispo em momento tão difícil da sua vida sacerdotal e reconhecia nele o defensor inquebrantável dos direitos da Igreja e da liberdade religiosa, ele que tinha sido expulso por dois anos da sua diocese do Algarve, entre 1912 e 1914, precisamente por defender tais princípios. E em 1930, um ano após a morte de Barbosa Leão, o padre António Carlos Moreira promoveu o que entendia ser um justo tributo ao antístite finado e filho da terra: com o concurso de muitos paroquianos, entre gente ilustre e povo anónimo, fez colocar uma placa de mármore na fachada norte da igreja matriz com referência às datas mais significativas do seu percurso de vida e a seguinte inscrição inicial: «À saudosíssima memória do nosso ilustre conterrâneo D. António Barbosa Leão. Sentida homenagem do pároco e paroquianos». A cerimónia foi presidida por D. António Augusto de Castro Meireles, bispo do Porto.

Por mais dezoito anos António Carlos Moreira paroquiou Parada de Todeia, sempre acarinhado pela comunidade que servia. Aí faleceu, em 10.5.1948, sendo sepultado no cemitério da freguesia.

Em sua memória há, em Parada de Todeia, uma avenida com o seu nome.

Foto publicada na *Monografia de Parada de Todeia, Concelho de Paredes-Estudo Genealógico e Outros Assuntos*, pelo Pároco António Carlos Moreira, Porto, Edição do Autor, 1946.

L.M.A.L.



GABRIEL DE SOUSA
1912 – 1997

D. Gabriel de Sousa nasceu, a 17.3.1912, no lugar de Cavadas, freguesia de S. Cosme de Besteiros, concelho de Paredes, tendo sido baptizado com o nome de Joaquim. Filho natural de José Rodrigues Moreira (v), médico, natural da freguesia de Mouriz, concelho de Paredes, e de Rudozinda Rosa de Sousa, natural da freguesia de Besteiros. Era neto paterno de António Rodrigues Moreira (v), advogado, natural da freguesia de Paço de Sousa, concelho de Penafiel, e de Margarida Máxima de Meirelles Vidal Pinto Brandão, natural da freguesia de Mouriz, concelho de Paredes, e materno de José de Sousa e Ana Barbosa, ambos naturais da freguesia de Besteiros. Ainda muito jovem ficou órfão. Em 1922, concluído o ensino primário, partiu para Roriz, Santo Tirso, onde foi acolhido pelos monges beneditinos de Singeverga. Em

1924, por iniciativa de D. António Coelho, então prior da comunidade, segue com outros postulantes para o mosteiro beneditino de Samos, na província de Lugo, Galiza, onde faz os estudos humanísticos. Em 1926 regressa a Portugal e em 1927 entra no noviciado. Seis anos depois faz profissão solene monástica, momento em que assume o nome de Gabriel, e em 29.7.1934 é ordenado sacerdote.

Em Singeverga, foi secretário particular de D. António Coelho, dedicou-se à pregação e colaborou com assiduidade nas revistas *Opus Dei* e *Mensageiro de S. Bento*, editadas pelo mosteiro.

Em 1942, por indicação do D. Plácido Ferreira de Carvalho, 1º abade de Singeverga, vai para o Porto, onde, em nome da Ordem de S. Bento, toma posse da igreja do convento





de S. Bento da Vitória. Aí fixa residência, prestando assistência espiritual à Juventude Universitária Católica e à Congregação dos Filhos e Filhas de Maria.

Em 1948, depois de vários anos a assumir crescentes responsabilidades no seio da comunidade beneditina, foi eleito 2º abade de Singeverga. Recebeu a bênção abacial a 2.1.1949, das mãos de D. António dos Santos Silva, beneditino e antigo prior claustral de Singeverga e então bispo de Silva Porto, Angola.

Nos 18 anos em que exerceu a responsabilidade abacial, D. Gabriel de Sousa revelou-se um homem da cultura e pela cultura. Ministrou formação a noviços e clérigos do mosteiro, fundou e dirigiu revistas beneditinas como *Ora & Labora* e *Mensageiro de S. Bento/Omnus Unum* e não descuro a educação de excelência e para a excelência dos seus monges, enviando-os a estudar em universidades europeias de referência, como Lovaina, Roma, Salamanca ou Paris, nas áreas da História, Direito, Música, Sagrada Escritura e Missionologia.

Empenhou-se, também, na construção de um novo mosteiro para a sua comunidade, também em Singeverga. As obras iniciaram-se em 1950 e foram concluídas em 1957.

Com o propósito, sempre acalentado, de restaurar, com o brilho de outrora, a Congregação da Ordem de S. Bento em Portugal, concorreu para o estabelecimento de novas casas monásticas beneditinas em Lisboa e em Lamego. Reconhecendo os seus méritos, a Nunciatura Apostólica de Lisboa incumbiu-o, em 1953, de organizar a Confederação Nacional dos Institutos Religiosos. Cumpriu a missão com sucesso e foi eleito seu primeiro presidente na assembleia-geral fundacional, em 1954. Pediu a resignação abacial em 9.12.1966.

Como abade emérito, continuou a desenvolver notável actividade, empenhando-se em diversos projectos que a Ordem de S. Bento promovia ou a que estava associada. Em África, acompanhou o trabalho missionário dos beneditinos no Leste de Angola, cujos estabelecimentos visitou por diversas vezes acompanhando o trabalho desenvolvido e, entre 1967 e 1970, foi secretário da Conferência Episcopal de Angola.

Regressado à metrópole, dedicou-se, por algum tempo, à assistência religiosa no colégio de Lamego. Posteriormente, instalou-se no Porto, passando a residir na paróquia do Bonfim, onde fundou e dirigiu o *Boletim Paroquial do Bonfim*. Foi, também, reitor da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, no Porto, e capelão no Instituto do Bom Pastor, em Ermesinde. A partir de 1990, fixou residência no mosteiro de S. Bento da Vitória, após a conclusão das obras profundas de restauro que ali se efectuaram.

Homem convicto da necessidade de uma Fé esclarecida, proferiu conferências e pregações e participou em retiros, como assistente espiritual, para sacerdotes e leigos. Também preparou e foi responsável, por duas vezes, pelos exercícios espirituais dos bispos portugueses.

Foi postulador de diversos processos de beatificação, como o da Irmã Maria do Divino Coração, de Fr. Bernardo de Vasconcelos, do padre Américo Monteiro de Aguiar, seu primo, fundador da Obra da Rua (Casa do Gaiato), e também de Alexandrina Maria da Costa, cooperadora salesiana conhecida por Alexandrina de Balasar.

No domínio da cultura, D. Gabriel de Sousa destacou-se, com assinalável erudição, nos estudos sobre a presença beneditina em Portugal. Percorreu diversos arquivos do país, onde recolheu vasta documentação que, posteriormente, organizou e classificou. A partir das suas notas pessoais, escreveu uma crónica de Singeverga, cobrindo os anos de 1931 a 1966. Como tradutor, verteu para português a obra *San Bento y los Benedictinos*, do historiador medievalista espanhol António Linage Conde, editada pela Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, Terras de Bouro (1989-1996).

Da sua extensa bibliografia, muita da qual dispersa por revistas e jornais, destaque para as obras *São Bento Patriarca dos Monges e Pai da Europa* (1980), *Mosteiro de Singeverga. Cem Anos, 1892-1992* (1992) e *Vida de S. Bento. II Livro dos Diálogos de S. Gregório* (1993). Colaborou no *Dicionário da História da Igreja em Portugal* (1981).

Era, também, um apaixonado pela filatelia e pelas antiguidades bibliográficas beneditinas.

Foi membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e da Academia Portuguesa de História.

Em 1996, começou a padecer de diversos problemas de saúde e não logrou uma recuperação. Faleceu, a 23.1.1997, no hospital do Carmo, no Porto. As cerimónias fúnebres foram presididas por D. Júlio Tavares Rebimbas, bispo do Porto, tendo concelebrado o arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, e D. José Augusto Pedreira, bispo auxiliar do Porto, entre outros, bem como dezenas de sacerdotes. Foi sepultado no cemitério paroquial de Roriz, Santo Tirso, no talhão dos monges.

A sua memória está perpetuada na toponímia de Paredes, freguesias de Paredes (Castelões de Cepeda) e Besteiros, e de Penafiel, freguesia de Paço de Sousa.

Foto publicada no sítio alexandrinabalasar.free.fr – Alexandrina Maria da Costa, Cooperadora salesiana, Beata.

L.M.A.L.





JOÃO AUGUSTO DE SOUZA MACHADO

1893-1981

Personalidade proeminente no concelho no séc. XX, advogado e notário em Paredes, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1929), presidente da União Nacional da comarca, etc., foi co-senhor da Casa da Quebrada, em Mouriz, e senhor da Casa do Calvário, esta última na vila de Paredes, que comprou e onde viveu casado (hoje demolida). Além de vários artigos e poemas (estes com o pseudónimo João Pequeno) publicados em jornais de Paredes, editou *“Uma causa sem... efeitos: ou uma acção d’anulação de testamento não provada”*, Porto 1929. Tocava muito bem viola clássica e foi um caçador emérito. Nasceu a 3.9.1893 na dita Casa da Quebrada, e faleceu a 27.12.1981 no Porto, na Casa de Saúde da Ordem do Carmo, indo sepultar a Paredes, no jazido da família, com óbito em Castelões de Cepeda. Era filho

sucessor de António José de Souza Machado (v). Casou em 1923 em Penafiel com D. Maria José Manoel Geraldês de Vasconcellos e Araújo Carneiro Pinto (1898-1999), senhora das casas das Quartas, em St^a Leocádia de Baião, e de Rande, em Milhundos (Penafiel), filha do Tenente-coronel Alexandre Carneiro Pinto (1868-1935), cavaleiro da Ordem Militar de Avis (28.9.1905), comandante do Regimento de Penafiel, cidade onde em 1919 proclamou a Monarquia do Norte, etc., e de sua mulher D. Maria da Natividade Pinto de Araújo Geraldês de Vasconcellos (1864-1964), senhora das ditas casas das Quartas e Rande.

M.A.S



5º CONDE DE BARCELOS

C. 1350-1382

D. Afonso Telles de Menezes, 5º conde de Barcelos (20.3.1372), foi o mais antigo senhor de juro e herdade de Aguiar de Sousa que se conhece, por mercê de D. Fernando I de 20.3.1381, carta em que também lhe doa os senhorios de Lousada, Felgueiras, Vila Boa, Refóios, Regalados, Roças, Lanhoso, Vieira e Entre-Homem-e-Cávado. O conde D. Afonso pouco tempo teve estes senhorios, pois faleceu solteiro no final desse ano ou no ano seguinte, tendo nascido cerca de 1350. Consta com seu pai e irmãos na lista dos padroeiros de Grijó (1365). Primo-direito da rainha D. Leonor Telles (de Menezes), era irmão de D. João Afonso Telles de Menezes, 1º conde de Viana do Alentejo (pai de D. Pedro de Menezes, 1º conde de Vila Real e 2º de Viana do Alentejo), ambos filhos de

outro D. João Afonso Telles de Menezes, 1º conde de Ourém (1370), que fora 4º conde de Barcelos (10.10.1357) mas teve mercê para passar este título para o filho, e de sua mulher D. Guiomar de Villalobos, ambos sepultados na igreja da Graça, em Santarém, que fundaram. Foi provavelmente por iniciativa do conde D. Afonso que a população de Aguiar de Sousa pediu ao rei D. Fernando autorização para construir um castelo no concelho, à sua custa, ficando por isso isenta da obrigação que tinha de contribuir para as obras de manutenção das muralhas do Porto, autorização que dito rei deu a 21.12.1382, já certamente o conde tinha falecido. Com a morte do rei e a crise de 1383-85, o castelo de Aguiar de Sousa não chegou a ser construído.

M.A.S

Continua...

